

Economista diz que plano precisa ter credibilidade

São Paulo — O volume de reservas cambiais, perto de 20 bilhões de dólares, que o Brasil acumula, permite ao Governo controlar o preço do dólar e tentar usá-lo como parâmetro para o custo de vida. Mas, por si só, isso não é garantia de combate à inflação, na opinião do presidente do Conselho Regional de Economia, José Roberto Cunha. A âncora cambial — um dos mecanismos que o ministro Paulo Haddad estuda para integrar o plano de estabilização que deverá ser anunciado dentro de 90 dias — também não poderia simplesmente varrer os demais indexadores da economia, de acordo com Cunha, já que Haddad ataca a dolarização total e diz que vai preservar a soberania da moeda nacional.

“Para um plano dar certo, o Governo tem de ter credibilidade e o presidente Itamar Franco por enquanto só teve um voto de confiança da população”, disse o economista. Ele considera o momento muito delicado porque o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) foi aprovado pelo Senado, apesar da reação da sociedade e sem a contrapartida de sacrifício do Estado, por meio de corte de gastos públicos.

A âncora cambial poderia ser adotada com o Governo fixando alguns impostos, reajustes e títulos em dólar. Assim, induziria agentes econômicos, como os empresários, a trabalhar com este indexador, com expectativas de reajuste de seus produtos conforme a evolução da moeda americana em relação ao cruzeiro. O Governo teria controle desta evolução, porque com as reservas altas poderia lançar seus dólares no mercado, controlando o preço.

Mas para que a sociedade passe a raciocinar sobre os preços seguindo o câmbio, sob controle do Governo, Cunha acredita que primeiro pré-requisito seria o da credibilidade. Ele também receia que os frequentes embates entre o presidente Itamar Franco e o empresariado prejudiquem a eficiência de medidas que precisem da boa vontade de quem faz preço no Brasil.

BC — O Banco Central vai deixar de pagar contas em nome do Tesouro Nacional como, por exemplo, a dívida externa. Com a separação das contas, o BC ficará encarregado de proteger a moeda e fiscalizar o sistema financeiro, enquanto o Tesouro Nacional cuidará do caixa do Governo. Essas modificações estão sendo estudadas por um grupo de traba-

lho instituído por portaria do ministro da Fazenda, Paulo Haddad. O grupo tem prazo até o dia 3 de março para apresentar a sua proposta.

O diretor de política monetária do BC, João Heraldo Lima, acredita que o relatório, com o cronograma para a separação de contas, deve ser concluído até o final do próximo mês. Ele considera a separação das contas do BC e do Tesouro um passo importante para a autonomia do Banco Central. Um BC independente, na sua opinião, deve cuidar apenas da moeda, das questões cambiais e de regulamentação do sistema financeiro.

O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal Filho, comentou que a consolidação dos débitos e créditos entre as duas instituições dá mais transparência ao setor público, ficando o Tesouro, também, com a sua função principal que é a de manter o equilíbrio entre a despesa e a receita pública. O grupo de trabalho é composto por nove secretários e chefes de departamentos do BC e o Ministério da Fazenda, sendo coordenado pelo secretário-executivo, Emílio Humberto Carazzai Sobrinho.